



Resumo dos Relatórios das Representações CNC

Nº 123, Novembro de 2017

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Presidente

Antonio Oliveira Santos

Chefe do Gabinete da Presidência

Lenoura Schmidt

Chefe da Assessoria de Gestão das Representações

Wany Liete Pasquarelli

Equipe

Bruna Soares

Cássia Marques

Cristiane Soares

Cristiano Costa

Eribelton Lima

José da Silva

Juliane Alves

Oscar Nóbrega

Vitor Afonso

Tels.: (61) 3329-9539/66/47/81/40

Fax: (61) 3329-8292

E-mail: agr@cnc.org.br

www.cnc.org.br

Design gráfico

Assessoria de Comunicação

Revisão

Alessandra Volkert

Publicação Mensal

Brasília

SBN Quadra 1 Bloco B, nº 14, 15º ao 18º andar

Edifício Confederação Nacional do Comércio

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500

E-mail: cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9200

Fax: (21) 2544-9279

E-mail: cncrj@cnc.org.br

www.cnc.org.br



Veja nesta edição

Comitê Temático de Formação e Capacitação Empreendedora do FPMPE apresenta os resultados dos grupos de trabalhos, destacando-se a construção da Base Nacional de Capacitação para MPE

Página 8

Coordenação Colegiada define 10 ações prioritárias para o 2º Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP).

Página 10

Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade cria Grupos de Trabalho para implementar e detalhar a metodologia da Política Nacional de Avaliação da Conformidade.

Página 12

Concepe discute o Panorama da Indústria de gás natural da Bolívia e o Papel da ITAIPU Binacional no Mercado Brasileiro.

Página 14

Grupo de Trabalho interno da Câmara Temática de Assuntos Veiculares do Contran discute texto final da Resolução 611 - Lei do Desmanche.

Página 16

Nova presidente da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conama propõe uma atuação mais proativa.

Página 17

Consulta pública do Ibama sobre a implantação das novas fases do Proconve é debatida em reunião na Cetesb.

Página 20

Governo Federal quer aprovar proposta mais restritiva que os estados para os padrões de qualidade do ar.

Página 21

Reunião Ordinária do Comitê Acesso a Mercados do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMEPP), realizada em 07 de novembro de 2017.

Página 23

As ações do Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito apresentadas na reunião do dia 07 de novembro de 2017, apresenta o desenvolvimento das ações, bem como resultados do que vem sendo realizado no âmbito dos Grupos de Trabalho (GTs).

Página 24

Reunião Ordinária do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática do FPMEPP realizada no dia 7 novembro de 2017

Página 27

Reunião Ordinária da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) tratando dos momentos finais das negociações do Acordo entre o Mercosul e a União Europeia.

Página 30

Reunião Ordinária do Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul com objetivo principal de organizar a próxima Reunião Plenária.

Página 32

Reunião Ordinária do Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul teve como principal objetivo organizar a próxima Reunião Plenária.

Página 34

Reunião Informativa no Itamaraty buscando preparar Delegação para a 11ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro, Buenos Aires.

Página 36

Conselho Curador da Fundacentro discute os problemas, para esclarecimentos que levem a uma profundidade maior do conhecimento sobre a gráfica da Fundacentro.

Página 38

Votos aprovados na 161ª Reunião Ordinária do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS).

Página 40

Reunião Ordinária do Fórum de Competitividade do Varejo teve como finalidade avaliar os Meios de Pagamento, o Comércio Eletrônico, as Relações Trabalhistas e o Plano Progredir.

Página 42

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) elege seu novo Presidente.

Página 44

Comissão discute a inserção da fitoterapia na atuação clínica do nutricionista, e políticas públicas voltadas para a Doença Celíaca.

Página 47

Comissão fala sobre a instalação do Grupo de Trabalho Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho na Confederação Nacional de Saúde (CNS).

Página 55

■ EDUCAÇÃO/CULTURA

Órgão

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Representação

Comitê Temático de Formação e Capacitação Empreendedora do FPMEPP

Representantes



Titular

Daniela Jorge Brito

Assessora Técnica da Gerência de Implementação e Integração Educacional do Senac-DN



1ª Suplente

Daniela Papelbaum

Gerente de Desenvolvimento Educacional do Senac-DN



2ª Suplente

Cristiane de Souza Soares

Assessora

Assessoria de Gestão das Representações da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião realizada no dia 8 de novembro de 2017

Resumo: A proposta da reunião do Comitê é apresentar os resultados dos Grupos de Trabalho (GTs): Iniciação Empreendedora e Sustentabilidade dos Negócios.

O GT Iniciação Empreendedora definiu três ações para atuação:

1. Construir base nacional de capacitação para MPE

a) As entidades que ofertam cursos voltados a esse público deverão encaminhar informações sobre tema, público-alvo, formato e modelo pedagógico.

b) A Sempe é responsável pela compilação das informações.

c) As entidades Endeavor, Banco do Brasil, Sebrae, Senac, Secex e Brasil Júnior já enviaram as informações requeridas.

2. Base curricular de empreendedorismo (ensino fundamental, médio e superior)

Foi comunicado que a secretária executiva do Conselho Nacional de Educação (CNE) informou em reunião não existir uma política formal sobre a inclusão do empreendedorismo na grade curricular do ensino médio e fundamental, e que tal iniciativa é mais frequente no ensino superior. A secretária orientou para que o

FPMEPP encaminhasse ofício requerendo que o tema fosse incluído na pauta de discussão do CNE.

3. Disseminação da propriedade intelectual

A representante do Inpi informou que antes de dar início a qualquer ação no âmbito do Fórum será necessário que a entidade atualize os manuais sobre propriedade intelectual.

Foi informado que a liderança do GT Iniciação Empreendedora está se desligando, sendo necessária a indicação de novo líder.

O GT Sustentabilidade dos Negócios definiu cinco ações para atuação:

1. Cursos EAD do Senac com descontos para as entidades representativas do FPMEPP

Foi comunicado que se encontra em processo de elaboração final, pelas consultorias jurídicas das entidades, um Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre a Sempe e o Senac, cujo objetivo é a oferta de cursos de capacitação EAD com descontos especiais (20%, ainda sob negociação) às entidades e seus associados vinculados ao FPMEPP.

2. Investir em educação financeira

Ao longo das negociações ficou ajustado que o tema será tratado dentro do Acordo de Cooperação Técnica, tal ação também será implementada por meio do Comitê Temático de Investimentos, Financiamento e Crédito, em parceria com o calendário de eventos promovidos pelo Sebrae. A ação foi executada durante a Semana Nacional do Crédito, tendo sido considerada encerrada.

3. Selo Brasil - Certificação e qualificação do empreendedorismo nacional (Projeto Sempe)

A proposta está em fase de elaboração das entidades e será apresentada aos integrantes do Comitê em outra oportunidade.

4. Capacitação de empresas digitais (Senai/*e-commerce*)

A ação está suspensa até que possa ser viabilizada pela instituição proponente e deverá retornar ao banco de propostas.

5. Capacitação na economia criativa

A proposta foi apresentada como forma de motivar alguma instituição integrante do Fórum a aplicar o projeto dentro da sua base geográfica de atuação. No entanto, não tendo sido manifestado interesse de nenhuma instituição, a proposta irá retornar ao banco de propostas.

As ações que foram consideradas viáveis serão mantidas para que possam ser implementadas pelos GTs.

Órgão

Ministério do Trabalho (MTb)

Representação

Coordenação Colegiada do Fórum Nacional de Aprendizagem

Representante



Suplente

Ana Paula Tomazzetti Urroz Maciel Pinheiro

Advogada

Divisão Jurídica da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada nos dias 25 e 26 de outubro de 2017

A reunião foi aberta com a leitura do 1º Plano Nacional de Aprendizagem Profissional e do Relatório da OIT sobre a Oficina Tripartite para Discussão e Recomendações para o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP), ocorrida em maio deste ano.

Após dois dias de debates, os membros da Coordenação Colegiada definiram 10 ações para o 2º Plano Nacional de Aprendizagem Profissional:

- Ação 1: Aprendizagem na administração pública;
- Ação 2: Aprendizagem para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social;
- Ação 3: Atualizações legislativas;
- Ação 4: Relação da aprendizagem profissional com educação profissional e tecnológica;
- Ação 5: Comunicação;
- Ação 6: Financiamento;
- Ação 7: Ampliação e interiorização da aprendizagem profissional;
- Ação 8: Articulação entre os atores da aprendizagem profissional;
- Ação 9: Monitoramento e avaliação dos dados da aprendizagem; e
- Ação 10: Implementação do sistema Mais Aprendiz.

Dentre as propostas apresentadas para serem implementadas nas ações, duas merecem atenção:

Incluir nos editais a exigência do cumprimento da cota de aprendizagem como condição para que os contratos entre fornecedores e administração pública sejam firmados; e

Criar um PL para alterar a multa pelo descumprimento da Lei da Aprendizagem.

Destacamos que CNC, CNI, Senac e Senai manifestaram-se contra essas propostas.

Em razão da divergência, foi aberta votação para a inclusão ou não das citadas propostas nas ações do 2º Plano Nacional de Aprendizagem Profissional, a bancada dos empregadores foi vencida.

A próxima reunião da Coordenação Colegiada será nos dias 11 e 12 de dezembro, quando se pretende finalizar o 2º Plano Nacional de Aprendizagem Profissional. Contribuições para o PNAP poderão ser encaminhadas até 1º de dezembro de 2017.

■ INFRAESTRUTURA

Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Representação

Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade (CBAC)

Representantes



Titular

Evandro Américo Costa

Economista

Divisão Econômica da CNC

(Compareceu)



Suplente

João Batista Porto Coursino de Moura

Diretor de Meio Ambiente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 27 de setembro de 2017

Ricardo Fragoso, diretor-geral da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e presidente do Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade (CBAC), abriu a 57ª Reunião Ordinária dando boas-vindas aos membros do Comitê. Em seguida, convidou Gustavo Menezes, representante do Inmetro, para fazer a apresentação do Plano Brasileiro de Avaliação da Conformidade (PBAC) e do Plano de Ação Quinquenal (PAQ) 2018-2020.

O representante do Inmetro apresentou o processo de elaboração dos programas de Avaliação da Conformidade (AC), que tem como premissa a implantação assistida, ou seja, desde a concepção até a implementação e posterior acompanhamento no mercado. Os programas devem ser conduzidos de forma a identificar fatores facilitadores ou que possam dificultar a implementação assistida, contemplando para cada ação sua natureza, seus meios, seus responsáveis e prazos, de forma a facilitar o entendimento, a aceitação e a adequação ao programa por todas as partes interessadas.

O Inmetro, órgão gestor do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), orienta o esforço brasileiro na formulação do PBAC, cujo objetivo é promover uma visão de longo prazo para a gestão estratégica da atividade de AC no País.

Relatou também sobre o Plano e as consequências das mudanças propostas no PBAC para o SBAC. Apresentou o objetivo do PAQ 2018-2020.

O PAQ, como o seu próprio nome diz, terá um horizonte de cinco anos, sendo revisado anualmente, com o intuito de excluir os itens realizados e incluir novos itens que tenham surgido ao longo do ano. A primeira versão do Plano, assim como as suas revisões anuais, será realizada através de consulta formal às

autoridades nacionais regulamentadoras que sejam partes integrantes do CBAC ou do CBR quanto às pretensões de uso da infraestrutura do SBAC.

Importante destacar que as eventuais discussões, entre o Inmetro e algum outro regulamentador, quanto à delegação de atividades para o Instituto, não farão parte do Plano até que a delegação esteja formalmente estabelecida. De forma semelhante, os pleitos recebidos pelo Inmetro para novas regulações só integrarão o Plano quando o Instituto, após a realização dos devidos estudos prévios, decidir regular determinado item ou setor e, para tal, decidir se utilizará a infraestrutura de avaliação da conformidade do SBAC.

Foi apresentada, também, a proposta de deliberação constante do PBAC:

Resumo da metodologia para confecção do PAQ 2018-2020.

Fase 1 - Pesquisa das agendas regulatórias junto a outros regulamentadores;

Fase 2 - Compilação dos resultados e montagem do PAQ;

Fase 3 - Apresentação para o CBAC;

Fase 4 - Apresentação ao Conmetro;

Fase 5 - Divulgação para a sociedade; e

Fase 6 - Monitoramento junto aos regulamentadores e ao organismo de AC.

"Propõe-se que seja definido um Grupo de Trabalho (GT) no âmbito do CBAC para que detalhe e implemente a metodologia."

Annalina Camboim, diretora de Avaliação da Conformidade do Inmetro, propõe que o CBAC crie GT para implementar uma Política Nacional de Avaliação da Conformidade, incluindo princípios, diretrizes e instrumentos para aplicação da política.

O presidente do CBAC colocou em votação a criação de dois GTs, um grupo para elaboração da política e outro para a metodologia. Os membros aprovaram os dois grupos.

O representante Evandro Costa afirmou para os agentes regulamentadores que os programas de avaliação da conformidade representam um importante instrumento para tornar efetivo o cumprimento dos regulamentadores por eles estabelecidos e facilitar a fiscalização por eles exercida.

Não havendo assuntos adicionais, a reunião foi encerrada pelo presidente do CBAC.

■ INFRAESTRUTURA

Órgão

Ministério de Minas e Energia (MME)

Representação

Conselho Consultivo da Empresa de Pesquisa Energética (Concepe)

Representantes



Titular

Eduardo Cury Guimarães

Coordenador da Câmara Setorial de Materiais de Construção da Fecomércio-PR

(Compareceu)



Suplente

Rosimeire Cecília da Costa

Advogada pública

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 1º de novembro de 2017

Foram tratados dois temas especificamente:

Panorama da indústria de gás natural da Bolívia

Apresentação sobre o gás da Bolívia: consumo atual de 30 MMm³, com projeção de diminuição de consumo para 20 MMm³ para 2026.

Introdução do Gás Natural Liquefeito (GNL) como alternativa ao da Bolívia. Importações do GNL vindo (principalmente) do Catar, da Nigéria e da Noruega.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizará uma chamada pública: abrindo novos caminhos para o gás natural, buscando a melhor solução para o crescimento do gás natural de forma sustentada.

Entrada e saída: utilizar o gasoduto como via de duas mãos (Bolívia e GNL), regulamentando a comercialização (flexibilização das sobras de gás).

Haverá uma consulta pública para o primeiro semestre de 2018 e chamada pública para o segundo semestre de 2018.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) soltará notas de discussão: que tratarão sobre esse tema (em torno de 10 folhas).

Papel da Itaipu Binacional no mercado brasileiro

O Tratado de Itaipu não tem prazo de validade. O que será discutido em 2023 será o Anexo C (base financeira e prestação de serviços de eletricidade da Itaipu).

Itaipu representa 17% do consumo de energia no Brasil, mas representa de 20% a 30% do PIB do Paraguai.

Algumas perspectivas pós-2023:

a) Nada muda no atual Anexo C:

Redução de cerca de 60% no custo de Itaipu.

b) Modificações pontuais no Anexo C:

Revisão do valor dos *royalties* e ressarcimento; e

Revisão da remuneração ao Paraguai pela energia cedida ao Brasil.

c) Modificações radicais no Anexo C ou no Tratado:

Comercialização de energia pela Administración Nacional de Electricidad (Ande) diretamente no mercado brasileiro;

Venda da energia de Itaipu pela Ande a terceiros países; e

Itaipu comercializa sua energia nos mercados brasileiro e paraguaio.

■ INFRAESTRUTURA

Órgão

Ministério das Cidades (MCID)

Representação

Câmara Temática de Assuntos Veiculares do Contran

Representantes



Titular

Francisco Wagner de La Tôrre
Presidente do Sincopeças-SP

(Compareceu)



Suplente

Rodrigo Otávio Carvalho Moreira
Presidente do Sincopeças-RJ

Ações

Reunião Ordinária realizada nos dias 18 e 19 de outubro de 2017

Excepcionalmente esta reunião ocorreu em São Paulo por conta da Feira Nacional dos Transportes (Fenatran), na sede da Anfavea.

Foram deliberados os seguintes pareceres:

- A. Requerimento para regulamentação de veículos de uso carga-passageiro.
- B. Ar-condicionado em veículos.
- C. Cinto de segurança e ancoragem de cinto.
- D. Estrutura de ônibus de dois andares.

Outros assuntos:

GT - Sistemas elétricos para portas de veículos

GT - Identificação Veicular

SGT 3 - Mercosul

No último, vale destacar a passividade do governo brasileiro na condução dos trabalhos no âmbito do Mercosul, pois, devido ao tamanho de nosso mercado, entendemos que deveríamos ter maior protagonismo e firmeza na defesa de nossos interesses. O coordenador do grupo específico de nossos trabalhos a todo tempo recorria à inflexibilidade dos demais países.

No dia 24 de outubro, houve encontro do grupo que sugerirá o texto final da Resolução 611, Lei do Desmanche. Como é de nosso inteiro interesse, conseguimos algumas vitórias, sendo a principal delas o direito das lojas que comercializam peças novas poderem vender também as usadas. A próxima reunião ocorrerá em 30 de outubro na sede do Sindipeças e discutiremos os assuntos mais delicados.

MEIO AMBIENTE

Órgão

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Representação

Câmara Técnica de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

Representantes

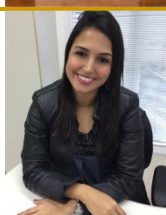


Titular

Mario Henriques Saladini

Assessor Técnico de Sustentabilidade do Sesc-DN

(Compareceu)



1ª Suplente

Kelly Lima Teixeira

Assessora Técnica da Gênercia de Desenvolvimento Educacional do Senac-DN



2º Suplente

Marcio Milan

Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 8 de novembro de 2017

A 2ª Reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA), realizada no dia 8 de novembro de 2017, no Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília, contou com a participação de representantes dos governos federal, estadual e municipal (MMA, MEC, Secretaria do Meio Ambiente de Sergipe e Anamma), do setor empresarial (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC) e da sociedade civil (Gerc e Gebio). Estiveram ausentes os representantes da Confederação Nacional do Transporte (CNT) e dos governos estadual (GO) e municipal (Nova Hamburgo-RS).

Às 9h30, a diretora do Conama, Renata Mandarino, abriu a reunião. Em sua breve fala, agradeceu a participação dos presentes, ressaltou sua satisfação com a representatividade dos diversos segmentos da sociedade na CTEA e informou que, no início de 2018, solicitarão a indicação de novos representantes, ou confirmação dos atuais, para o próximo biênio. Também informou que, desde a primeira reunião, realizada em janeiro de 2012, não havia demanda do Conama que justificasse a convocação dos representantes para nova reunião, porém o momento é de fortalecimento e renovação, sob a égide de uma perspectiva mais propositiva. Após apresentar a pauta, não pôde mais estar presente na reunião.

O primeiro assunto da pauta foi a eleição de presidente e vice-presidente da CTEA, para o atual biênio 2016-2017. Considerando que para ocupar a presidência o candidato precisa ser conselheiro(a) do Conama, a única elegível para o cargo na ocasião foi Jane Fátima Fonteneles (MEC) - a qual foi eleita, por unanimidade, nova presidente da CTEA. Para a vice-presidência, o único candidato, Gilberto Zembrani (Gebio), foi eleito, também, por unanimidade. Dessa forma, acreditamos que a representatividade da presidência está bem equilibrada, com um integrante do governo federal e outro da sociedade civil.

A nova presidente eleita falou sobre a necessidade de que o papel da CTEA transcenda apenas o debate e a avaliação de minutas de resoluções e recomendações, demandadas pelo Conama, chamando para si a responsabilidade de uma ação mais proativa, com vistas a subsidiar os conselheiros para encaminhamentos que possam fortalecer a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). Sendo assim, a CTEA deixaria de ser uma instância que só recebe demanda, passando a fazê-las também, assumindo um papel propositivo.

O segundo assunto da pauta foi a indicação de representante do Conama no Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA. Esse comitê tem o objetivo de assessorar tecnicamente o órgão gestor, para materialização da PNEA e do decreto nº 4.281/2002. Para isso, Valdinete de Jesus (Secretaria do Meio Ambiente de Sergipe) foi eleita como titular e Hélio Coelho (Anamma Sudeste) como suplente.

Após as votações, as representantes do MMA e do MEC procederam aos informes gerais. O primeiro informe foi sobre procedimentos para apresentação de propostas de resoluções ao Conama. João Luiz, do Departamento de Apoio ao Conama, esclareceu que, para submissão ao conselho, é necessário enviar-lhe minuta e justificativa da proposta de resolução ou de recomendação, para que passe pelo crivo do Comitê de Integração de Políticas Ambientais (Cipam), que decidirá sobre a admissibilidade da proposta e sua inclusão na pauta das reuniões ordinárias do Conama. Sendo pertinente, a proposta retorna à CTEA, para análise e discussões. Somente após todo esse processo, a proposta retorna à plenária do Conama para deliberação.

O segundo informe foi sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Iniciada em 2014, a construção desse documento foi participativa, com submissão à consulta pública. A versão conclusiva, apresentada em 2017, deixou algumas lacunas referentes à educação ambiental, segundo a representante do MMA. Por esse motivo, os temas transversais, os objetivos e os direitos de aprendizagem foram alterados, de modo que contemplassem, também, a educação ambiental.

Em seguida, o informe foi sobre a consulta pública do ProNEA. Essa consulta pública, feita por meio do portal www.participa.br, teve como finalidade receber sugestões que subsidiassem as discussões de diretrizes, princípios, missão, objetivos e estratégias do programa. Todas as sugestões foram encaminhadas ao órgão gestor da PNEA, para análise. Como essa análise continua em andamento,

a representante do MMA sugeriu o envio à CTEA, para conhecimento e considerações.

O quarto informe foi sobre o Fundo Nacional de Educação Ambiental (FNEA). De acordo com a representante do MMA, a criação do FNEA não avançou, pois teve parecer negativo do próprio ministério. Considerando que já existe o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), formado essencialmente pelo recolhimento de multas ambientais, o caminho natural é que o FNEA esteja contemplado no FNMA. Dessa forma, em tempos de crise econômica, evita-se a disputa pelo recurso entre dois fundos distintos, mas complementares. Uma estratégia possível, segundo a representante, é o fortalecimento de fundos privados, como, por exemplo, o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA) - essa estratégia foi a mesma implementada, com êxito, para o fomento de projetos de preservação da biodiversidade, por meio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FunBIO). Todavia o problema continua sendo o mesmo: a escassez de recursos financeiros.

Por fim, incluído na pauta no momento da reunião, o quarto informe foi sobre a 5ª Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Em consonância com a Lei das Águas (nº 9.433/1997), com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e com o 8º Fórum Mundial da Água, a conferência definiu a água como tema central das discussões. O objetivo é mobilizar escolas para a problematização do tema e a proposição de soluções. Essa conferência, que acontece em quatro etapas (nas escolas, e nos níveis municipal, estadual e federal), conta, em média, com cerca de três milhões de participantes em todo o Brasil. A última etapa está prevista para o período de 13 a 19 de março de 2018, todavia ainda há dúvidas sobre a disponibilidade de recursos financeiros para sua execução.

De forma geral, a 2ª Reunião da CTEA não suscitou grandes discussões, tampouco foram abordados assuntos polêmicos que pudessem gerar conflitos de interesses entre os segmentos representados. Sendo assim, a reunião, prevista para ser encerrada às 18 horas, encerrou-se às 12h30. A terceira reunião dessa câmara está prevista para o início de 2018, porém ainda sem pauta e data definidas.

MEIO AMBIENTE

Órgão

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Representação

Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos (CTQAGR)

Representantes



Titular

Bernardo Rodrigues Souto

Advogado da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis)

(Compareceu)



1º Suplente

Evandro Américo Costa

Economista

Divisão Econômica da CNC



2º Suplente

João Vieira de Almeida Neto

Assessor de Sustentabilidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (Fecomércio-MS)

Ações

Reunião Atividade realizada no dia 23 de outubro de 2017

O objetivo da reunião técnica na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) foi para questionar as propostas que o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apresentou em consulta pública. O prazo da consulta termina em 3 de novembro de 2017, e edita normas e regras para a implantação da fase L7 (2022) e L8 (2023) para o Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), e para a fase M5 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares (Promot).

Em relação às normas estabelecidas pelo Ibama para a fase M5 do Promot, não houve qualquer divergência da Cetesb e dos demais participantes.

Em relação ao Proconve, a Cetesb fez proposta de alterar alguns parâmetros e antecipar datas. Do ponto de vista técnico, em sua maior parte, as propostas da Cetesb, para a alteração dos níveis de controle das emissões de gases, são mais restritivas. Também foi incluído o monitoramento para gases de efeito estufa, o que ainda não estava contemplado pelo programa.

No aspecto político, questionou-se a falta de diálogo do Ibama, e irão propor nova forma de governança, com a participação dos estados. Levantou-se a possibilidade da solicitação da participação da CNC/Fecombustíveis no referido grupo de governança. Ainda, no campo político, foi relatado que o programa

deve conversar com o Rota 2030 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Os representantes da Associação dos Fabricantes de Equipamentos para Controle de Emissões Veiculares da América do Sul (Afeevas) e da Ingevity irão requerer a antecipação de prazos para implantação das fases do programa, situação que entra em discordância com os interesses da CNC/Fecombustíveis, recomenda-se intervir na consulta pública ou em outra instância pela manutenção dos prazos ou por sua dilação.

No tocante à questão de combustíveis, a redação é a mesma em todas as normas, a saber:

“Art. 20. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) especificará o óleo diesel de referência B7 em prazo compatível com o complemento disposto no *caput* do artigo 7º da Lei nº 8.723/1993.

Parágrafo único. Na falta de especificação no prazo estabelecido, será adotada a especificação do óleo diesel definida na regulamentação europeia nº 582/2011, anexo IX.”

O artigo acima menciona diesel B7, mas existe o indicativo de que o diesel B8 deve ser implantado em 1º de março de 2018, e o B10 em 1º de março de 2019, estando a redação do artigo em conflito com o cronograma divulgado pela agência.

Reunião Ordinária realizada nos dias 25 e 26 de outubro de 2017

Zilda iniciou os trabalhos. Na reunião, havia uma representante do Ministério Público Federal: Fátima Borghi. Foi aprovada a ata da 25ª Reunião. Bocuy questionou a pauta, por conta do item 4. Foi esclarecido esse ponto. O item 4 da pauta será apresentado em conjunto, no texto da minuta de norma, a qual compõe o item 3. Passou-se ao ponto central da reunião, ou seja, a revisão da Resolução 03/1990. Zilda realizou uma apresentação das propostas do MMA (governo federal), CNI e Abema. Na demonstração dos padrões, pôde-se perceber que os valores finais são os mesmos de todos os proponentes, o que se alteram são os padrões intermediários. Zilda comentou que na proposta não existe previsão de os municípios monitorarem a qualidade do ar. Houve alguns debates após o término da apresentação de Zilda. Em seguida, André Luiz França, da Abema/RJ, apresentou sua proposta (item 4 da pauta). O palestrante pontuou que a indústria já avançou muito no controle de emissões (Res. 382/2007 e 436/2011, ambas do Conama). Defendeu que os padrões da OMS servem mais de *guidelines*, ou seja, não são padrões impositivos. Reconheceu que, sem abordar a questão de fontes móveis de emissão (automóveis), não serão atingidos os objetivos. Citou o Proconve e o Promot. Pontuou, ainda, que não existem exemplos de grandes metrópoles que atingiram esses padrões da OMS. Defendeu que os objetivos devem ser específicos, mensuráveis, atingíveis, realistas e orientados no tempo. À exceção do primeiro ponto, os demais são falhos. Em seguida, defendeu que a agenda é de compromisso. Primeiro, adotar o PI-1 (de forma imediata). Isso já representaria um avanço. Em segundo, os estados deverão realizar um plano (em três anos). É importante saber qual o tamanho do problema para saber como resolvê-lo. Deixar de lado o "achismo". O terceiro compromisso é que a adoção do PI-2, PI-3 e PF serão atingidas com base

nos estudos realizados pelos estados. Bocuy pediu a palavra. Retomou os itens de pauta, desde o início da apresentação de Zilda. Solicitou o envio do parecer do Ibama sobre a questão de atuação supletiva do mesmo. Zilda informou que o Ibama não ficou de apresentar parecer. Gilberto Werneck esclareceu que o Ibama sustentou verbalmente sua posição no GT. Após, Adriana (DConama) fez mais alguns esclarecimentos. Houve muita conversa sem objetividade. Depois de muita discussão, Thais, do Ministério da Saúde, tomou a palavra, pedindo entendimento sobre o tema. Apontou o ano de 2030 como sendo o marco de sustentabilidade assumido pelo Brasil. O item pertinente é o 11.6, que prevê a redução de mortalidade *per capita* em razão de padrões de qualidade de ar, de resíduos, e outros. Foi realizada a leitura do texto, sem deliberação.

Dia 26/10/2017

A reunião iniciou-se às 9h30. Zilda solicitou mais esclarecimentos quanto à proposta dos estados. O Governo de São Paulo esclareceu as dúvidas dela. Zilda fez algumas ponderações quanto à proposta da Abema, disse que não pode haver uma proposta de padrão inicial, e que não há prazo para adotar as etapas subsequentes. Assim, propôs adotar uma solução encampada pelo Ibama: adotar o padrão inicial e fazer uma resolução por cinco anos, ou fazer uma resolução com padrão inicial e, na omissão, deixar os padrões subsequentes serem adotados automaticamente. Zilda frisou que deve haver uma regra específica. André concorda que haja um gatilho, mas que não seja possível defini-lo. Houve muito debate. Zilda sugeriu que fosse suspenso o debate dos artigos 3º a 5º e que avançasse no texto a partir do artigo 6º. Deu-se seguimento na leitura do texto, com o objetivo de simplificá-lo, para posterior votação. Houve muito debate, e a coordenadora da CT, Zilda, informou que irá propor votação na próxima reunião, quando do retorno dessa matéria. Ficou pré-agendada a reunião para os dias 30 e 31 de janeiro de 2018. As propostas de texto devem ser encaminhadas até o dia 31 de dezembro de 2017. Foi solicitado que tentassem trazer propostas redacionais, conforme o texto, para aprimorá-lo. Zilda pediu para deixar um texto sujo e um limpo.

Análise de sensibilidade

O governo federal quer aprovar proposta mais restritiva que os estados. Acredita-se que seja questão pessoal do ministro, conforme divulgado em mídias. Os estados não aceitam a proposta do governo federal e defendem proposta própria. CNI e CNC devem apoiar os estados, assim como a Anama. É possível que o governo federal trabalhe contra a proposta dos estados e da CTQARS na Plenária.

■ MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Representação

Comitê Temático de Acesso a Mercados do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMEPP)

Representantes



Titular

Arno Gleisner

Coordenador do Conselho de Comércio Exterior da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS)

(Compareceu)



1º Suplente

Rui Lemes

Diretor da Câmara de Relações Internacionais da Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio-PR)



2º Suplente

José da Silva

Assessor

Assessoria de Gestão das Representações da CNC

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 7 de novembro de 2017

As reuniões de 7 de novembro dos cinco comitês temáticos do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMEPP), relatando atividades dos respectivos grupos de trabalho, demonstraram um avanço efetivo de ações com bom potencial para facilitar, desenvolver e sustentar micro e pequenas empresas. São soluções amplas e factíveis. A representação da CNC se destaca ao colaborar com conhecimento e referências concretas. As apresentações de convidados ilustraram questões pontuais, importantes para o desenvolvimento das atividades do Fórum.

■ MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Representação

Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito do FPMEPP

Representantes



Titular

Antonio Everton Chaves Junior

Economista

Divisão Econômica da CNC

(Compareceu)



1º Suplente

Bruno Pereira Fernandes

Economista

Divisão Econômica da CNC

(Compareceu)



2º Suplente

José da Silva

Assessor

Assessoria de Gestão das Representações da CNC

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 7 de novembro de 2017

O encontro representou a continuidade dos trabalhos dos outros três Comitês Técnicos (CTs) – Racionalização Legal e Burocrática, Acesso a Mercados, e Tecnologia & Inovação – da parte da manhã.

Reunião de curta duração focada em apresentar as ações, seu desenvolvimento bem como resultados do que vem sendo realizado no âmbito dos Grupos de Trabalho (GTs). É por intermédio dos GTs que o Fórum atua. E tem sido através dos encontros (presenciais ou remotos) que os debates a respeito dos temas têm avançado, uma vez que o CT vem recebendo apoio das entidades participantes, assim como é o que mais tem trabalhado e apresentado efetividade nas suas ações.

Compuseram a mesa do encontro o representante da CNC, na condição de coordenador pelo setor privado, juntamente com Eduardo Celino, coordenador pelo setor público, e Nizar Midrei, secretário adjunto da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (Sempe).

A metodologia de trabalho se deu com a apresentação das ações dos GTs, que no CT são três: Dados e Informações; Regulação e Melhores Práticas de Negócios; e

Capital Empreendedor, Capital de Giro, Recuperação de Crédito e Investimentos. Em cada ação o coordenador Eduardo Celino falou a respeito, apresentando o *status*, e este representante, bem como Nizar Midrei, fazia ponderações, colocações.

Ao que parece, dentre os cinco CTs do Fórum Permanente, o de Investimento, Financiamento e Crédito possui o maior número de ações em virtude da importância do tema para as MPEs; da dedicação dos coordenadores e da Sempe para com os trabalhos; e da efetividade das reuniões dos GTs. Nos GTs, tem-se conquistado avanço em alguns temas.

As seguintes ações em curso no CT e o seu *status* foram apresentados durante a reunião:

- i) Em parceria com o Sebrae, as instituições financeiras podem identificar empreendedores que realizam capacitação e, por conta da capacitação, oferecer produtos e serviços em condições diferenciadas;
- ii) Publicação no balanço dos bancos do total de crédito concedido para as MPEs de acordo com a definição do porte da Lei Geral;
- iii) Convênio do Fórum Permanente com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Sempe para concessão e disponibilização de informações do Simples Nacional para que as entidades possam fazer estudos e propor políticas públicas;
- iv) Definição de parâmetros de enquadramento de operações de microcrédito, segundo a Lei Geral;
- v) Contribuição do Sebrae para regulamentação da figura do investidor-anjo sem o ônus tributário como está hoje no texto da lei;
- vi) Prêmio Sempe MPE;
- vii) Regulamentação das entidades garantidoras de crédito;
- viii) Simplificação para acesso ao crédito pelas MPEs;
- ix) Mutirão para renegociação das dívidas das MPEs;
- x) Aprimoramento do ecossistema do capital empreendedor;
- xi) Publicação pelo Banco Central de regulamentação específica para abertura de conta-corrente das pessoas jurídicas por meio digital;
- xii) Aperfeiçoamento dos processos legais para solução de créditos inadimplidos por MPEs;
- xiii) Capilarização do crédito oferecido pelas agências de fomento através da situação em segundo piso.

No tocante ao convênio com a Receita Federal do Brasil, Nizar Midrei informou que a Sempe está no caminho de obter informações relevantes das MPEs tanto no Simples Nacional quanto nos demais regimes tributários. A entrega, se houver mesmo, será relevante porque as entidades participantes do Fórum Permanente, assim como a Sempe, poderão ter acesso ao universo das MPEs em todos os regimes tributários, o que representa conhecer praticamente 100% das MPEs formais.

Outra parte que merece ser destacada diz respeito à fala do representante da Febraban, que ofereceu espaço para discutir a diminuição da taxa de juros no País. A colocação, além de surpreender, pode ser considerada histórica, uma vez

que foi a primeira vez que a entidade se manifestou a respeito do tema e nesse sentido.

Quanto à diminuição da taxa de juros, na última reunião do GT, realizada no dia 1º de novembro, ficou estabelecido que algumas entidades demandariam mais sobre o assunto e que, portanto, seria criado um novo grupo para debater possibilidades acerca do mesmo.

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Representação

Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática do FPMEPP

Representantes



Titular

Evandro Américo Costa

Economista

Divisão Econômica da CNC

(Compareceu)



1º Suplente

Antonio Everton Chaves Junior

Economista

Divisão Econômica da CNC



2º Suplente

José da Silva

Assessor

Assessoria de Gestão das Representações da CNC

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 7 novembro de 2017

Continuando as reuniões do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática, que tem como objetivos debater e formular propostas e ações nos Grupos de Trabalhos (GTs), o coordenador de Governo, Edivan do Socorro de Miranda, apresentou as ações elaboradas pelos Grupos de Trabalhos, conforme segue abaixo:

a) GT Reformas – Líder: Ercílio Santinoni – Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais (Conampe).

Ação: Estudo da Reforma Trabalhista - Foram fornecidos diversos estudos, cartilhas e materiais a respeito da reforma/modernização trabalhista. As cartilhas produzidas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) estão disponíveis em formato digital na ferramenta de trabalho Trello. Foi produzida uma Moção em Apoio à Modernização Trabalhista, que foi entregue ao Exmo. Senhor Presidente da República, Michel Temer, no evento alusivo ao Dia da Micro e Pequena Empresa, realizado no Palácio do Planalto, em 04/10/2017, e enviada via SEI (Processo nº 52700.101957/2017-35) para a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e para o presidente do Congresso Nacional.

Ação: Estudo da Reforma Previdenciária - A presente reforma ainda não foi aprovada, o Grupo de trabalho segue acompanhando.

Ação: Estudo da Reforma Tributária - Foram fornecidos diversos estudos e cartilhas a respeito da reforma, na ferramenta de trabalho Trello. Essa reforma ainda não foi aprovada, o GT segue acompanhando no Congresso.

b) GT Fiscalização e Licenciamento - Líder: Luis Fernando Melo Mendes - CBIC.

Ação: Conselhos Regionais - Fontes de Burocracia - Foi realizado o preenchimento do Termo de Referência para Detalhamento da Proposta, que ainda não foi debatida nas últimas reuniões dos Grupos de Trabalho.

Ação: Excesso de Regulamentação - Foi realizado o preenchimento do Termo de Referência para Detalhamento da Proposta, que ainda não foi debatida nas últimas reuniões dos Grupos de Trabalho.

Ação: Cartilha de Licenciamento Ambiental para as MPEs de Risco Ambiental - Fornecido um Guia de Orientação para Licenciamento Ambiental produzido pela CBIC no ano de 2015. Não houve mais debate sobre esse tema nas demais reuniões dos Grupos de Trabalho.

Ação: Simplificação para o Registro e Licenciamento (Acompanhamento da RedeSIM) - Ação originada da junção das ações: Constituição da Empresa - Foco no Registro e no Alvará e Prazo Elevado para Licenciamento. As ações são debatidas dentro da RedeSIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios). RedeSIM dispõe de um Grupo de Trabalho que debate esses temas paralelos. Ao Fórum Permanente cabe acompanhar o desenvolvimento dos temas e ações apresentados.

Ação: Proposta do Setor da Construção ao PL nº 3.729/2004 - Lei Geral do Licenciamento Ambiental - Conforme deliberado na Reunião Ordinária do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática, no dia 4 de setembro, na Universidade Corporativa do Sebrae, essa ação foi retornada para os Grupos de Trabalho, a fim de que outros setores pudessem inserir seus pontos de interesse nesse tema. Não houve mais debate do tema nas últimas reuniões dos Grupos de Trabalho.

Ação: Métodos e Critérios de Orientação para Órgãos de Licenciamento (Padronização de Fiscalização) - A presente ação foi debatida nos Grupos de Trabalho, existe um acompanhamento de igual tema na RedeSIM. Com base em tal ação, foi construída a Proposta do Setor da Construção ao PL nº 3.729/2004 - Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Não houve mais debate do tema nas últimas reuniões dos Grupos de Trabalho.

c) GT Legislação e Judiciário - Líder: Marcello Maia - Sebrae.

Ação: Proposta de Revisão da Lei nº 12.974/2014 - Ministério do Turismo - A proposta foi enviada para a Consultoria Jurídica do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Conjur/MDIC) (Processo SEI, sob nº 52700.101130/2017-21). A Conjur enviou o parecer que foi apresentado na última reunião dos Grupos de Trabalho.

Ação: Retificação do Decreto nº 8.538/2015, que dispõe sobre o tratamento diferenciado em contratações públicas para pequenos negócios - A proposta foi enviada para a Conjur/MDIC (Processo SEI, sob nº 52700.100753/2017-87). A Conjur enviou um parecer provisório e solicitou à Organização das Cooperativas Brasileira (OCB)/Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

(Sescoop), entidade proponente da ação, mais subsídios para que pudesse reavaliar o parecer apresentado.

Ação: Regulamentação SPE/Centrais de Negócios - Ação recém-transferida do Comitê de Acesso a Mercados. Foi deliberado um debate maior sobre o tema na 8ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais, a ser realizada no dia 8 de novembro, quando ocorrerá uma reunião dedicada exclusivamente ao tema SPE/Centrais de Negócios.

Ação: Compilação/Depuração das Normas Vigentes para MPes - Depuração realizada pelo coordenador-geral Edivan e o colaborador Alexandre Santos.

Ação: Cartilha de Boas Práticas com "Poder de Instrução Normativa" - Conforme informado pelo representante do Sebrae, Marcello Brito Maia, a entidade está realizando um convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para a produção de uma cartilha a respeito do tema.

Ação: Acompanhamento PLP 341 - Ercílio Santinoni, coordenador das entidades privadas desse Comitê, participou de uma audiência pública, no dia 26 de setembro, e na última reunião dos Grupos de Trabalho apresentou os pontos abordados na audiência pública a respeito do PLP 341.

O coordenador de Governo, Edivan do Socorro Fonseca de Miranda, comentou sobre a decisão da Receita Federal referente ao cancelamento do registro de cerca de 1,2 milhão de microempreendedores individuais (MEIs) em todo o País até o fim deste ano.

O coordenador privado, Ercílio Santinoni, presidente da Conampe, sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho, denominado de e-social para discutir o problema.

Foi colocada em votação a criação do Grupo de Trabalho, sendo aprovado pelos membros do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática.

Entendemos ser de suma importância para o andamento das ações um maior envolvimento dos entes públicos nas questões das MPes, em especial da Secretaria da Receita Federal. Dos 48 membros do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática, estiveram ausentes 23 entidades.

■ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Órgão

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Representação

Coalizão Empresarial Brasileira (CEB)

Representantes



Titular

Rubens Torres Medrano

Vice-Presidente da Fecomércio-SP e Coordenador da Câmara Brasileira do Comércio Exterior

(Compareceu)



Suplente

Izis Janote Ferreira

*Economista
Divisão Econômica da CNC*



Suplente

Juliana Xavier Serapio da Silva

*Economista
Divisão Econômica da CNC*

Ações

Reunião Ordinária realizada no período de 6 e 10 de novembro de 2017

Entre os dias 6 e 10 de novembro, foi realizada mais uma rodada das negociações entre o Mercosul e a União Europeia.

Abaixo, destacamos os principais pontos da rodada:

1. Acesso a mercados

A rodada acabou de forma mais otimista que a última, pois os negociadores trabalharam em alternativas que satisfizeram aos dois lados para poderem avançar.

Diferente do Comitê de Negociações Birregionais (CNB) de outubro, o tema de acesso a mercados foi tratado, ainda que uma melhora nas ofertas agrícolas europeias não tenha vindo.

Os negociadores-chefes definiram uma estratégia para a próxima troca de ofertas e começaram discussões sobre parâmetros que permitem colocar a oferta final na mesa. O Mercosul entregou um pacote aos europeus com propostas de resolução dos pontos mais sensíveis do acordo. Relatos indicam que a União Europeia foi receptiva e o Mercosul agora espera uma resposta.

2. Cronograma

O próximo CNB será entre 29 de novembro e 7 de dezembro, em Bruxelas. Há possibilidade de realizar reuniões de *briefing* com os negociadores brasileiros por meio de videoconferência.

Dependendo de como a União Europeia reagir ao pacote do Mercosul, há grandes possibilidades de se ter algum anúncio (sem assinatura) durante a ministerial da OMC em dezembro, em Buenos Aires. É importante salientar que o processo de definição das ofertas pode ocorrer antes ou depois do anúncio.

3. Serviços

Em serviços, os avanços foram expressivos. Os pontos de comércio eletrônico (por ter sido colocado tardiamente na mesa) e transporte marítimo são aqueles nos quais há menos definições.

4. Compras governamentais

Já há mais conforto e os grupos discutem acesso a mercados. A oferta do bloco europeu é muito similar do acordo com a Coreia, a Colômbia e o Peru. Entidades subnacionais não estão na mesa devido ao pedido do Mercosul.

5. Regras de origem

É um dos textos mais atrasados da negociação. Cerca de 60% das regras ainda não estão fechadas e será necessária flexibilização de ambos os lados.

6. Barreiras técnicas ao comércio

Poucos avanços em relação ao último CNB. O Mercosul propôs avançar em iniciativas facilitadoras de comércio dentro do capítulo, mas a União Europeia está resistente por ser um tema novo e que foge do modelo.

7. Medidas sanitárias e fitossanitárias

Há discordância sobre o princípio de precaução que a União Europeia adota. O Mercosul está buscando saídas para o tema.

8. Propriedade intelectual

Indicações geográficas têm tido bons avanços, dado que é possível negociar exceções por parte do Mercosul. No entanto, permanecem pontos importantes em aberto, como na área de patentes e proteção de dados.

Está em aberto até 7 de dezembro a consulta pública do MDIC e do Inpi para manifestação do setor privado ao registro das indicações geográficas solicitadas pela União Europeia - 347 no total. Quando um conflito for identificado, será negociado mecanismo de convergência - não há a ideia de cassar o direito de nenhum lado de seus produtos.

9. Diálogo e cooperação

O texto está avançado e o Mercosul propôs algumas disciplinas novas que assegurem a implementação do acordo e ações de cooperação.

■ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Órgão

Mercado Comum do Sul (Mercosul)

Representação

Comissão Sociolaboral do Mercosul(CSL)

Representante



Titular

Lidiane Duarte Nogueira

Advogada

Divisão Sindical da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 27 de outubro de 2017

A reunião foi iniciada pelo representante do governo com a apresentação de informe sintético sobre o estado dos temas da agenda dos órgãos sociolaborais do Mercosul.

No referente à Comissão Sociolaboral do Mercosul (CSL), esclareceu-se que, na última reunião realizada em maio de 2017, em Buenos Aires, sob a Presidência *Pro Tempore* Argentina (PPTA), foi acordado que na próxima reunião regional, a ser realizada sob a Presidência *Pro Tempore* Brasileira (PPTB), no período de 27 a 30 de novembro, deveriam ser incluídos em pauta os seguintes temas: a) discussão sobre o Regulamento Interno da Comissão Sociolaboral (comissões nacionais) e b) memórias dos artigos 11 a 15 da Declaração Sociolaboral do Mercosul, que tratam de questões afetas à jornada; ao descanso, às férias e aos dias feriados; às licenças; à remuneração e à proteção contra demissão, respectivamente.

Após debates, restou pactuado que o representante governamental circulará minuta do texto do referido Regulamento para análise e comentários pelos membros que compõem a Seção Nacional até o dia 16 de novembro. A fim de facilitar o exame desse documento, também será encaminhado um quadro comparativo com as propostas de redação até então apresentadas pelos demais Estados Partes.

Assim, antes da reunião regional, a ser realizada no dia 30 de novembro de 2017, em Brasília, o governo brasileiro encaminhará o texto consolidado dos Regulamentos Internos da Comissão (regional e nacional) com as alterações até então efetuadas.

Cabe ressaltar que resta pendente de aprovação pelo grupo apenas a proposta de alteração do Regulamento Interno relativa às comissões nacionais e que esta alteração visa adaptar o Regulamento ao novo texto da Declaração, aprovado em 2015.

No referente às memórias, o representante governamental, membro da Secretaria de Relações do Trabalho, assumiu o compromisso de elaborar as primeiras memórias dos artigos 11 a 15 até o dia 13 de novembro. Nessa data, o documento será encaminhado para os membros da Seção Nacional para análise e sugestões até o dia 20 de novembro.

Impende registrar que as memórias serão apresentadas de acordo como o modelo de formulário apresentado e aprovado no Uruguai, em 22 de junho de 2016, e que, até a presente data, nenhum dos países apresentou suas memórias.

Restou consignado, por fim, que, caso seja necessário, será realizada mais uma reunião da Seção Nacional, no dia 21 de novembro, para validação dos documentos acima relacionados antes da Reunião Regional, firmando, primeiro, o posicionamento do grupo para, depois, submetê-los à discussão pelos outros países.

■ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Órgão

Mercado Comum do Sul (Mercosul)

Representação

Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) do Mercosul

Representantes



Titular

Darci Piana

Vice -Presidente Administrativo da CNC

(Compareceu)



Suplente

Izis Janote Ferreira

Economista

Divisão Econômica da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 9 de outubro de 2017

Reunião preparatória para a LXIV Plenária do Foro Consultivo Econômico-Social (FCES), a qual se definiu que será realizada nos dias 6 e 7 de novembro, na CNC, em Brasília.

A Seção Brasileira (SB) reuniu-se com o principal objetivo de organizar a próxima reunião Plenária do FCES. Para tanto, foi convidado o coordenador alterno do Grupo Mercado Comum (GMC), ministro Otavio Brandelli, para atualizar os membros das entidades que compõem a SB sobre a agenda do Mercosul na Presidência *Pro Tempore* do Brasil (PPTB), no semestre em curso.

O ministro iniciou a conversa com a SB comentando que a prioridade da PPTB é resolver os temas pendentes na agenda. Grandes assuntos que não apresentaram avanços nos últimos anos no Mercosul: serviços, comércio eletrônico, defesa comercial intrazona, PMEs.

O ministro destacou ainda que o trabalho da PPTB está centralizado em três grandes blocos: 1) fortalecimento dos marcos jurídico e institucional; 2) continuidade dos trabalhos: protocolo de investimentos e protocolo de compras públicas; 3) regulamentação - técnica, sanitária, fitossanitária.

Falou sobre duas questões no relacionamento intrablocos: 1) a situação da Venezuela, que foi afastada do Bloco porque não incorporou a proporção de normas e acordos estabelecidos nos protocolos de Assunção e Ushuaia, bem como no ACE 18 e no acordo Mercosul-Aladi. Além disso, o país descumpriu o tratado sobre o multilateralismo da Convenção de Viena, havendo ainda o episódio do fechamento da Assembleia Constituinte do país, em julho deste ano; 2) o relacionamento com a Argentina intra-Mercosul está significativamente melhor, em especial com a extinção das licenças não automáticas de importação

(Adjairs). Os setores produtores de carnes e cítricos ainda sofrem resistência, assim como o de produtos lácteos. Esforços estão sendo reunidos, no entanto, para reduzir as exceções à TEC e a outras barreiras nesses setores.

Na sequência, a SB passou a discutir a agenda da próxima Plenária do FCES. O Foro reunir-se-á com os negociadores do Acordo Mercosul-União Europeia, os quais foram convidados à reunião pelo negociador-chefe do Brasil, embaixador Ronaldo Costa. Também participará do encontro o Conselho Econômico Social Europeu, representante da sociedade civil europeia. A ocasião ocorrerá na tarde do dia 6 de novembro. Estão ainda na agenda de trabalho do FCES os temas: facilitação de comércio, reconhecimento da China como economia de mercado, recomendação sobre compras governamentais, protocolo de investimentos e nova discussão sobre as próximas etapas do Acordo Mercosul-União Europeia.

■ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

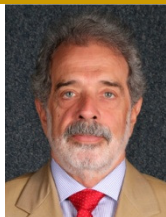
Órgão

Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Representação Eventual

Reunião informativa sobre as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC)

Representante



Roberto Nogueira Ferreira
Consultor da Presidência da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião realizada no dia 26 de outubro de 2017

As negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), foi realizada no Itamaraty, em Brasília, sob o comando do embaixador Carlos Márcio Bicalho Cozendey, subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Financeiros.

Objetivo síntese da reunião:

Informar representantes do setor privado, entidades de classe e "think tanks" sobre o processo preparatório para a 11ª Conferência Ministerial da OMC, que acontecerá em Buenos Aires, de 10 a 13 de dezembro próximo.

Informações preliminares

O embaixador Márcio Bicalho fez um preâmbulo com resumo de rodadas anteriores da OMC, deixando nas entrelinhas (e às vezes explicitamente) que não são grandes as expectativas em relação a avanços importantes na direção e no sentido da concretização de negociações em temas relevantes. Deixou entender que em alguns temas poderá haver eventuais entendimentos laterais, citando como exemplo serviços e comércio eletrônico.

A descrença em parte decorre das expectativas em relação à posição dos Estados Unidos em relação à OMC, que põem em risco o futuro da Organização. O embaixador usou a expressão "desengajado" para resumir o sentimento em relação aos Estados Unidos no que se refere à Conferência de Buenos Aires.

Cenários possíveis de resultados (segundo o Ministério das Relações Exteriores – MRE):

1. Declaração do presidente da Conferência;
2. Declaração ministerial genérica, sem resultados negociadores, mas reafirmando linguagem tradicional de apoio ao sistema multilateral de comércio e à centralidade da OMC;

3. Declaração ministerial com resultados concretos, ou pelo menos plataformas de trabalho futuro em maior ou menor dimensão; e
4. Eventuais entendimentos parciais.

Principais temas de negociação (possível agenda):

1. Agricultura: regulamentação ao apoio doméstico (proposta de Brasil, Estados Unidos, Colômbia, Peru e Uruguai), estoques públicos, segurança alimentar (EPSA) e algodão;
2. Redução do subsídio à pesca;
3. Serviços (facilitação e regulamentação doméstica);
4. Facilitação de investimentos;
5. Comércio eletrônico;
6. Medidas em favor das micro, pequenas e médias empresas;
7. Questões regulatórias em barreiras técnicas ao comércio (+ SPS);
8. Resultados em favor de países de menor desenvolvimento relativo (PMDRS), como expansão de esquema Duty-Free, Quota-Free (DFQF).

O embaixador Márcio Bicalho, comentando os temas, citou como exemplo de dificuldade de avanço o item 4 (facilitação de investimento), em relação ao qual a Índia já deixou claro que investimento não é tema da OMC.

Outros temas possíveis de compor a agenda:

Restrições à exportação;
Acesso a mercados em agricultura;
SSM - Mecanismos de salvaguardas especiais;
Outras áreas em agricultura - *export competition*, SPS;
Outras questões como "*women empowerment*";
Futuro da OMC; e
Solução de controvérsias.

■ RELAÇÕES DO TRABALHO

Órgão

Ministério do Trabalho (MTb)

Representação

Conselho Curador da Fundacentro

Representante



Titular

José Carlos Canesin

Diretor da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP)

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 31 de outubro de 2017

Leonice Alves da Paz, presidenta da Fundacentro, cumprimenta e agradece a presença de todos os conselheiros e comunica que não há quórum estatutário para oficializar medidas de caráter decisório. Decorrentemente, a reunião discorrerá mais uma vez sobre a gráfica da Fundacentro, repleta de problemas, para esclarecimentos que levem a uma profundidade maior do conhecimento sobre a gráfica. Mas, antes, pede que cada um se apresente aos demais, para ciência de quais entidades estão ali representadas.

Parque Gráfico da Fundacentro: A presidenta faz um resumo da situação problemática do Parque Gráfico, configurando a inviabilidade em todos os sentidos, desde a não permissão pela Lei do Zoneamento até a obsolescência do equipamento, desde as instalações precárias até o prejuízo resultante do funcionamento. Ressalta o parecer final da comissão especial criada para análise da gráfica, colocando a Fundacentro em situação de risco perante o meio ambiente, sujeita a processos com desdobramentos impensáveis. E mesmo assim há resistências contra a desativação.

Os representantes das centrais sindicais se posicionam contra a terceirização, alegando que agora é moda terceirizar, pode ocorrer que toda a Fundacentro aos poucos seja terceirizada. E por que somente recentemente é que o problema foi abordado? Por que as gestões passadas não colocaram em pauta? Agora, cada conselheiro terá que se aprofundar e encontrar uma saída. O governo se preocupa ou não com a saúde e a segurança do trabalhador? Pois é o governo que tem de prover todas as necessidades da Fundacentro. Mas o governo só quer terceirizar.

Os representantes patronais não têm dúvidas de que a precariedade da gráfica chegou a um ponto em que é absolutamente inviável, ela está obsoleta e não pode continuar trabalhando para gerar prejuízos. Com uma terceirização planejada, a economia poderá ser revertida para a montagem de uma nova gráfica em outro local.

Os representantes do governo destacam que os aspectos jurídicos, relacionados à gráfica, não mais permitem sua regularização. Há que se pensar um novo modelo que aborde a essencialidade da gráfica como produtora de “papel” frente à disponibilidade de divulgação pelos meios eletrônicos.

Os representantes da Fundacentro informam que ainda há demandas por impressos em papel, mas também há demandas por meios eletrônicos. Urge encontrar um equilíbrio para atender ambas as demandas, e nisso reconhecemos que deixamos passar tempo demais.

Finalização

Leonice Alves da Paz solicita que, para as próximas reuniões, os conselheiros que confirmarem a presença de fato compareçam, para evitar situações como nessa hoje, em que mesmo com a presença confirmada, na última hora, alguns conselheiros comunicaram que estariam ausentes. Leonice agradece a presença de todos e confirma a próxima reunião para 6 de fevereiro de 2018.

■ RELAÇÕES DO TRABALHO

Órgão

Ministério do Trabalho (MTb)

Representação

Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS)

Representantes



Titular

Abelardo Campoy Diaz

Consultor da Vice-Presidência de Habitação Econômica do Secovi-SP

(Compareceu)



Suplente

Cláudio Elias Conz

Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Materiais de Construção

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 18 de julho de 2017

Resumo da participação na 161ª Reunião Ordinária do CCFGTS, de 24 de outubro de 2017.

a) Voto nº 28/2017/MCidades - Propõe a aprovação dos orçamentos financeiro, operacional e econômico para o exercício de 2018, e do orçamento plurianual de aplicação para o período 2019-2021 do FGTS.

Aprovado.

b) Voto nº 40/2017/Caixa - Propõe autorizar a Caixa, na qualidade de agente operador do FGTS, a anuir na cessão de ativos e passivos com *fundings* FGTS entre agentes habilitados a operar junto ao FGTS.

Aprovado.

c) Voto nº 35/2017/MTb - Propõe aprovar a alocação de recursos e as diretrizes dos temas para a campanha de publicidade institucional do FGTS para os exercícios de 2017 e 2018.

Aprovado.

d) Voto nº 37/2017/MTb - Propõe incluir o recibo de comunicação do Sistema de Comunicação Prévia de Obras (SCPO) como documento obrigatório a ser apresentado nos financiamentos com recursos do FGTS nas áreas de saneamento, infraestrutura e habitação, nas modalidades construção e aquisição de imóvel novo.

Aprovado.

e) Voto nº 34/2017/SECCFGTS - Propõe referendar a Resolução nº 864, de 25 de agosto de 2017, editada *ad referendum* do Conselho Curador do FGTS.

Aprovado.

f) Voto nº 36/2017/SECCFGTS - Propõe alterar a Resolução nº 696, de 2012, com objetivo de autorizar a participação nas reuniões do Conselho Curador do FGTS e no Comitê de Investimento do FI-FGTS somente para os membros que entregarem a Declaração de Bens e Renda e a Declaração de Confidencialidade.

Aprovado.

g) Voto nº 38/2017/SECCFGTS - Propõe alterar a Resolução nº 794, de 2015, que aprova a composição do Comitê de Investimento do FI-FGTS.

Aprovado.

h) Voto nº 19/2017/SECCFGTS - Propõe instituir Grupo de Trabalho com objetivo de analisar as diretrizes dos valores de descontos a serem restituídos ao FGTS em situações de vencimento antecipado da dívida.

Aprovado.

i) Voto nº 41/2017/SECCFGTS - Propõe instituir Grupo de Trabalho com objetivo de realizar debates, estudos e análises que permitam diagnosticar as causas estruturais, conjunturais ou operacionais pela reduzida demanda da alocação de recursos do FGTS nas unidades da Federação com baixa execução em relação às metas estabelecidas.

Aprovado.

■ RESPONSABILIDADE SOCIAL

Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Representação

Fórum de Competitividade do Varejo

Representantes



Titular

Aldo Carlos de Moura Gonçalves

Diretor da CNC

(Compareceu)



Eventual

Bruno Pereira Fernandes

Economista

Divisão Econômica da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 28 de setembro de 2017

A proposta da reunião se deu com a finalidade de avaliar o andamento de alguns temas levantados em encontros anteriores e criar frentes de trabalho diante de novos assuntos abordados. A pauta foi constituída pelos principais pontos: meios de pagamento, comércio eletrônico, relações trabalhistas, plano progredir, e outros.

A reunião iniciou-se com a apresentação e o agradecimento à representante da Associação Brasileira de Marcas Próprias e Terceirização (Abmapro), nova entidade integrante do Fórum de Competitividade do Varejo.

Após, abordou-se um assunto que mereceu destaque inicial, as alterações da Lei do SAC (Decreto nº 6.523/2008). De acordo com algumas mudanças propostas, três temas foram abordados: consulta sobre varejo em caráter não obrigatório no SAC; ouvidoria obrigatória; *ranking* dos melhores no SAC. O Fórum entende e defende que a grande concorrência no setor de varejo naturalmente regula e aprimora o SAC das empresas, pois as que não seguem um padrão de qualidade - acessibilidade pelos canais de venda, velocidade no tempo de resposta, comunicação clara e objetiva, transparência, solução para o atendimento - claramente são punidas pelo próprio mercado. Além disso, devido à expressiva concorrência, a maior regulação proporciona menor padrão de qualidade do serviço, gerando aumento da insatisfação dos clientes.

Diante desse fato, decidiu-se que o Fórum levará à Senacom (Ministério da Justiça) uma moção com as divergências e reivindicações apresentadas acima. Iniciou-se na própria reunião a confecção do documento, que ainda será complementado e aprovado pelos membros do Fórum para posterior envio.

Outro tópico discutido foi relacionado à Circular nº 3.842/2017, sobre liquidação centralizada de pagamentos. O trabalho apresentado pela Fecomércio-SP serviu de base para o Fórum discutir junto ao Banco Central (BC) os pontos divergentes nas alterações propostas. Diante disso, a autoridade monetária prorrogou o prazo referente aos subcredenciadores para liquidação centralizada. Tal tema ainda não foi finalizado, com os trabalhos ainda em andamento.

Em relação ao tema comércio eletrônico, a consulta pública do MCTIC - "Estratégia brasileira para a transformação digital" – foi finalizada e o documento será disponibilizado em breve.

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e o MOFCOM (ministério chinês) assinaram memorando de documentos relacionado ao intercâmbio de informações, como integração, inovação e tecnologia. No mês de outubro, haverá a missão empresarial para a China, com o intuito de absorção de conhecimento do mercado de comércio eletrônico chinês, abertura e desenvolvimento de negócios, legislação relacionada ao *e-commerce*, entre outros.

Após a aprovação da reforma trabalhista, o Ministério do Trabalho (MTb) vem finalizando uma cartilha com todas as mudanças na nova legislação em vigor, para atender às principais demandas quanto à reforma. O diretor da CNC, Aldo Gonçalves, mencionou o manual feito pela CNC relacionado ao tema, trabalho esse demandado por algumas entidades presentes. Tanto a CNC quanto o IDV mencionaram que é preponderante alertar os empresários a respeito de uma das, ou a principal, modificações da reforma, que se refere a novas práticas de negociação, em que, em muitos casos, o acordado vale sobre o legislado, alterando assim métodos antigos do sistema.

O último ponto confirmou o apoio do Fórum ao Plano Progredir. O programa, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em parceria com o MDIC, MEC, MCTIC, MTb e outros órgãos/instituições, tem por objetivo ações para gerar emprego e renda para as famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), incluindo o Bolsa Família.

O Plano visa criar condições e facilitar o acesso das pessoas inscritas no CadÚnico, em especial os beneficiários do Bolsa Família, a ter oportunidades de emprego e renda, conquistando assim maior desenvolvimento social. O CadÚnico engloba pessoas com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo - R\$ 463,50. O total de famílias cadastradas no CadÚnico é de 28 milhões.

O programa possui três eixos de atuação: capacitação profissional (inclusão digital e cursos profissionalizantes); intermediação de mão de obra (parceria com o setor privado); e empreendedorismo (acesso ao microcrédito e à educação financeira, abertura de contas bancárias, apoio técnico e gerencial).

■ RESPONSABILIDADE SOCIAL

Órgão

Ministério dos Direitos Humanos (MDH)

Representação

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade)

Representantes



Titular

Alexandre Sampaio de Abreu

Diretor da CNC

(Compareceu)



Suplente

Fernando Cesar Thiago de Mello

Advogado

Divisão Jurídica da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no período de 18 a 20 de outubro de 2017

1 - O principal debate na 112ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) foi a eleição de seu novo presidente. No início dos trabalhos do dia 19 de outubro, o presidente interino do Conade, Marcos Castilho, deu conhecimento aos conselheiros sobre o ofício da Advocacia Geral da União (AGU), o qual sugere adiar por 30 dias a eleição, alegando que, antes de sua realização, a AGU necessitava analisar a atual composição do Conselho, tendo em vista a reestruturação ministerial, com reflexos no número de representantes (votos) de órgãos governamentais no Conselho. Colocado em votação se o Conade adiar a eleição, a proposta foi rejeitada por 17 votos contra o adiamento e 12 a favor. Após isso, em nova votação, a eleição foi antecipada do dia 20 de outubro para o dia 19 de outubro. Mais adiante, Antônio Muniz, representante dos conselhos municipais, foi eleito com 20 votos e Daniel Reis, representante do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), obteve nove votos. A CNC votou, e foi vencida, favoravelmente ao adiamento das eleições, conforme sugestão da AGU, por entender que os argumentos por ela apresentados eram razoáveis e que a suspensão da eleição pelo prazo proposto, ou seja, 30 dias, não era exagerada e também não prejudicaria os trabalhos do Conade. A CNC também se posicionou contra a antecipação da eleição para o dia 19 de outubro. Por fim, sendo coerente com o posicionamento adotado nas questões anteriores, a CNC se absteve da votação para a eleição do novo presidente.

2 - Indicação de membros titular e suplente para compor o Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional (Fnap) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
- No processo de eleição, apresentaram-se como candidatos os conselheiros Roberto Tiné (Apabb), Niusarete Lima (MDS), Antônio José (CBDV) e Francisco

Jacinto (Cedef-CE). Os dois mais votados, e por consequência indicados, foram os conselheiros Roberto Tiné, que recebeu o voto da CNC, como titular, e Niusarete Lima, como suplente. O Fnap possui papel estratégico na estruturação de políticas públicas voltadas para a aprendizagem e tem caráter consultivo, bem como propõe a mobilização de empregadores e representantes dos diversos setores da economia (sociedade civil, entidades formadoras e governo) para garantir ao jovem o direito à formação profissional e sua inserção no mercado de trabalho. Esse Fórum promove o contínuo debate entre instituições formadoras de mão de obra qualificada, órgãos de fiscalização e representação de empregadores e trabalhadores; desenvolve, apoia e propõe ações de mobilização pelo cumprimento de contratação de aprendizes, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); monitora e avalia o alcance das metas de contratação e efetividade na oferta de programas de aprendizagem profissional. Os trabalhos da pasta são coordenados pelo MTE e fazem parte da sua composição representantes do Ministério da Educação (MEC), do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), das centrais sindicais, das confederações (CNC, entre elas), dos conselhos, dos serviços nacionais de aprendizagem (Senac) e demais instituições formadoras, além de contar com o apoio da sociedade civil. O voto do conselheiro Roberto Tiné teve como base o trabalho que tem na Comissão de Comunicação Social (CCS) do Conade, em que podemos conhecê-lo e perceber que se trata de pessoa bem informada, equilibrada e de bom senso. Após sua eleição, para servir de contato entre ele e os representantes da CNC e do Senac no Fórum, caso ele tenha necessidade.

3 - Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) no Plano Viver sem Limites (PVSL) - Palestrante: Sérgio Caribé, procurador do TCU. Discorreu sobre o Acórdão nº 2.140/2017 do TCU e seus principais aspectos. Segundo o procurador, os dados do Observatório do PVSL eram insuficientes e inconsistentes para a análise. Ele salientou o baixo alcance das metas; a excessiva concentração regional de ações; a falta de participação e do envolvimento dos estados, municípios e sociedade civil no planejamento e avaliação do Plano; e o modelo de monitoramento e avaliação que não foi implementado como previsto no Decreto. Citou como ponto positivo o fato de que o PVSL deu visibilidade à causa da pessoa com deficiência. Principais recomendações do Acórdão: dotar a Política Nacional para Pessoa com Deficiência de ações planejadas com metas realistas, modelo de avaliação e monitoramento, e objetivos específicos qualitativos e quantitativos.

4 - Web para Todos - Palestrante: Simone Freire, diretora da Web para Todos. Empresa com especialização em sites acessíveis. Discorreu sobre os principais problemas que os sites sem acessibilidade causam para a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Acessando o link www.movimentowebparatodos.com.br é possível avaliar qualquer site quanto ao aspecto de sua acessibilidade. Quanto a essa questão, cumpre registrar que o site da CNC (www.cnc.org.br), em um teste realizado, utilizando ferramenta disponível no link acima mencionado, foi considerado "ruim" no quesito acessibilidade.

5 - Plano de Ação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (SNPD) - Palestrante: Marco Pellegrini, secretário da SNPD. O secretário apresentou o PPA 2016/2019, justificando que a linha de atuação da

Secretaria são as ações ali contidas. Não apresentou, assim, o Plano de Ação Anual da SNPD de 2017, o que impossibilitou o Conade do cumprimento do seu papel de "aprovar o Plano de Ação Anual da SNPD", conforme previsto no artigo 1º, inciso IX, do Regimento Interno do Conade. Foi definido que em 13 e 14 de novembro a presidência ampliada, juntamente com a SNPD, vai elaborar uma proposta do Plano de Ação de 2018 da SNPD.

6 - Reunião extraordinária do Conade - Foi apresentada a proposta da realização de reunião extraordinária do Conade nos dias 23 e 24 de novembro, em Recife (PE), coincidindo com a realização da Mobility Show Recife (de 24 a 26 de novembro), sendo que tal proposta será levada para apreciação e aprovação da SNPD. Caso seja aprovada a proposta, o Conade se fará presente na Mobility com estande em conjunto com a SNPD.

7 - Mudança de calendário - A Reunião Ordinária do mês de dezembro deste ano será realizada de 6 a 9 de dezembro.

8 - Por fim, foram apresentados os relatórios das diversas comissões do Conade, não tendo havido nenhum tópico relevante para os interesses de CNC/Sesc/Senac e o empresariado que eles representam.

Órgão

Ministério da Saúde (MS)

Representação

Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (Cian), do CNS

Representante



Titular

Lilian Gullo de Almeida

Nutricionista

Sesc-DN

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada nos dias 26 e 27 de setembro de 2017

A Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (Cian) realizou a 69º Reunião nos dias 26 e 27 de setembro de 2017 no Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), em Brasília.

A coordenadora da Comissão, conselheira Zaíra Tronco Salerno, deu as boas-vindas aos participantes e fez agradecimentos ao CFN pelo espaço cedido para a realização da reunião, pois a entidade está sempre à disposição para servir à sociedade e às entidades, beneficiando assim o controle social.

A reunião teve como pauta, nos dias 26 e 27 de setembro de 2017, os seguintes temas:

26 de setembro

Item 1 - Leitura da Memória da 67º Reunião da Cian

Após a leitura, o documento foi aprovado com as devidas modificações e os acertos ortográficos, porém a Comissão solicitou que as Memórias das reuniões fossem enviadas junto com os documentos produzidos durante as plenárias.

Item 2 - Informes da Comissão

O Ministério da Saúde (MS), por intermédio da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição/MS (CGAN), encontra-se em negociação com a indústria alimentícia para a diminuição do açúcar nos alimentos. Essas indústrias foram divididas em três grupos: biscoitos, bebidas açucaradas e lácteos. No momento, o grupo que está em negociação é o de bebidas açucaradas. Está na agenda o lançamento do plano de taxaço desses alimentos.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por orientação da Cian, está se mobilizando para melhorar a rotulagem nutricional brasileira. Chegou-se à conclusão de que o impasse é técnico devido à necessidade de elaborar uma Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) para a rotulagem frontal, que se baseia em três pontos: design, parâmetros (ponto de corte dos nutrientes) e alimentos que receberão o rótulo. Durante a Reunião, a Câmara Interministerial de

Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) se posicionou a favor de que o design seja igual ao rótulo do Chile, e o perfil de nutrientes seja semelhante ao da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), que é baseado no *Guia alimentar para a população brasileira*.

A CGAN fez parceria com o Ministério da Justiça para melhorar a qualidade da alimentação no sistema prisional, incluindo o Programa 5 ao Dia, aumentando assim a oferta de frutas e legumes e a elaboração de cardápios baseados no *Guia alimentar para a população brasileira*.

11/10 - Dia Nacional da Obesidade Infantil

Item 3 - Apresentação da Cian na Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS) - Zaira Salermo, coordenadora da Cian

A coordenadora da Cian comentou que as recomendações elaboradas pela Comissão foram encaminhadas ao CNS e apresentadas na Reunião Ordinária do Conselho.

Item 4 - Doença celíaca - Lucélia Costa, presidente da Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil (Fenacelbra)

O foco da Fenacelbra é a criação de protocolo de tratamento clínico com linha de cuidados.

Foi realizado um encaminhamento ao MS/SUS para que haja divulgação do protocolo de tratamento da doença celíaca, sendo que a alimentação é fundamental na linha de cuidados.

Durante a apresentação, a representante da Fenacelbra fez um apelo para que haja políticas públicas voltadas para a doença celíaca e que seus portadores tenham acesso a alimentos sem glúten, com rotulagem explicativa, pois se perde muito tempo em supermercados procurando em rótulos se o alimento contém ou não esse nutriente. Os membros da Cian sugeriram a criação do "Caderno de atenção básica da doença celíaca".

Mais uma vez a presidente da Fenacelbra solicitou apoio do CNS para a criação do Dia Nacional do Celíaco.

Item 5 - Atenção nutricional no SUS e a doença celíaca - Michele Lessa, CGAN/MS

O Brasil é o único país com mais de 200 milhões de habitantes que assumiu o desafio de ter um sistema universal, público e gratuito de saúde.

Segundo dados de 2015, o SUS faz 4,4 bilhões de procedimentos ambulatoriais/ano, 500 milhões de consultas médicas/ano, um milhão de internações/mês, maior número de transplantes em órgãos públicos do mundo, 90% do mercado de vacinas é movimentado pelo SUS, e são realizados 30 milhões de procedimentos oncológicos.

Diante do cenário epidemiológico complexo e da organização do sistema de saúde fragmentada, hierarquizada e centrada em condições agudas, o SUS tem desafios a serem enfrentados, um deles é a criação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), na qual o sistema deve ser acolhedor e responsável pelo cuidado. As necessidades do usuário devem nortear a coordenação desse cuidado na RAS, e a atenção básica tem papel fundamental nesse processo.

A atenção nutricional compreende os cuidados relativos à alimentação e à nutrição voltadas à promoção e à proteção da saúde, à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento de agravos, que devem estar associados às demais ações de atenção à saúde do SUS, para indivíduos, famílias e comunidades, contribuindo para a conformação de uma rede integrada, resolutiva e humanizada de cuidados.

Foi criado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), que deve ser baseado em evidência científica e considerar critérios de eficácia, segurança, efetividade e custo-efetividade das tecnologias recomendadas.

O PCDT estabelece critérios para o diagnóstico da doença ou do agravo à saúde; tratamento preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados, quando couber; posologias recomendadas; mecanismos de controle clínico; acompanhamento e verificação dos resultados terapêuticos, a serem seguidos pelos gestores do SUS.

O PCDT da doença celíaca foi instituído pela Portaria SAS/MS nº 307, de 17 de setembro de 2009, que foi revogada pela Portaria SAS/MS nº 1149, de 11 de novembro de 2015.

Foram criadas estratégias de comunicação para que o PCDT da doença celíaca fosse amplamente divulgado, como:

Divulgação em mídia:

Retomar os *posts* feitos sobre doença celíaca e incluir algum mais específico que informe sobre o PCDT (redes sociais);

Informe na Redenutri;

Informe específico no *big mailing*;

Briefing sobre o PCDT - divulgação (juntamente com a Fenacelbra).

Divulgação direta para a Rede Alimentação e Nutrição no SUS:

Incluir na segundeira um informe sobre o PCDT;

Incluir na pauta da videoconferência com os estados;

Solicitar que os estados incluam esse tema nas suas reuniões com os municípios;

Incluir na pauta do Encontro Nacional da Rede de Alimentação e Nutrição do SUS.

Item 6 - Fitoterapia na alimentação e nutrição do SUS - Daniel Amado, Maria Angélica Fiut (ABFIT), Clailson Farias (ABPIC) e Antônio Augusto Gouvea (CFN)

O campo da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) contempla sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos, os

quais são também denominados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de medicina tradicional e complementar/alternativa. Tais sistemas e recursos envolvem abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. Outros pontos compartilhados pelas diversas abordagens abrangidas nesse campo são a visão ampliada do processo saúde-doença e a promoção global do cuidado humano, especialmente do autocuidado.

No final da década de 1970, a OMS criou o Programa de Medicina Tradicional, objetivando a formulação de políticas na área.

No Brasil, a legitimação e a institucionalização dessas abordagens de atenção à saúde se iniciaram a partir da década de 1980, principalmente após a criação do SUS. Com a descentralização e a participação popular, os estados e os municípios ganharam maior autonomia na definição de suas políticas e ações em saúde, vindo a implantar as experiências pioneiras.

A fitoterapia é uma "terapêutica caracterizada pelo uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas, sem a utilização de substâncias ativas isoladas, ainda que de origem vegetal". O uso de plantas medicinais na arte de curar é uma forma de tratamento de origens muito antigas, relacionada aos primórdios da medicina e fundamentada no acúmulo de informações por sucessivas gerações. Ao longo dos séculos, produtos de origem vegetal constituíram as bases para o tratamento de diferentes doenças.

Desde a Declaração de Alma-Ata, em 1978, a OMS tem expressado a sua posição a respeito da necessidade de valorizar a utilização de plantas medicinais no âmbito sanitário, levando em conta que 80% da população mundial utiliza essas plantas ou preparações dessas no que se refere à atenção primária à saúde. Ao lado disso, destaca-se a participação dos países em desenvolvimento nesse processo, já que possuem 67% das espécies vegetais do mundo.

O Brasil possui grande potencial para o desenvolvimento dessa terapêutica, como a maior diversidade vegetal do mundo, ampla sociodiversidade, uso de planta medicinal vinculada ao conhecimento tradicional e tecnologia para validar cientificamente esse conhecimento.

O interesse popular e institucional vem crescendo no sentido de fortalecer a fitoterapia no SUS. A partir da década de 1980, diversos documentos foram elaborados enfatizando a introdução de plantas medicinais e fitoterápicos na atenção básica do sistema público, entre os quais se destacam:

A 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, deliberou em seu relatório final pela "introdução de práticas alternativas de assistência à saúde no âmbito dos serviços de saúde, possibilitando ao usuário o acesso democrático de escolher a terapêutica preferida".

O Relatório da 10ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1996, que aponta no item 286.12: "incorporar no SUS, em todo o País, as práticas de saúde

como a fitoterapia, acupuntura e homeopatia, contemplando as terapias alternativas e práticas populares"; e, no item 351.10: "o Ministério da Saúde deve incentivar a fitoterapia na assistência farmacêutica pública e elaborar normas para sua utilização, amplamente discutidas com os trabalhadores em saúde e especialistas, nas cidades onde existir maior participação popular, com gestores mais empenhados com a questão da cidadania e dos movimentos populares".

Em 2003, houve a constituição de Grupo de Trabalho no Ministério da Saúde com o objetivo de elaborar a Política Nacional de Medicina Natural e Práticas Complementares (PMNPC) ou apenas MNPC no SUS (atual PNPIC).

Publicação das Portarias 971, 1600 e 853 - Aprova a PNPIC, a constituição do Observatório das Experiências de Medicina Antroposófica e inclui as PICs no SCNES.

Antônio Augusto, conselheiro do CFN, falou sobre mais um campo que se abre para atuação do nutricionista, a prescrição dietética de fitoterápicos.

A Associação Brasileira de Nutrição (Asbran), em consonância com as Resoluções 525/2013 e 556/2015 do CFN, lançou edital do processo de título de especialista em fitoterapia, para reconhecer a capacitação técnica e científica no desempenho das especialidades profissionais e titulação obrigatória à prática da fitoterapia pelo nutricionista.

O profissional deverá comprovar dois anos de experiência em nutrição, sendo um ano na prática clínica.

O CFN recomenda que devido à complexidade da prescrição fitoterápica e a opção pelo uso das plantas "*in natura*", pelo nutricionista, que o mesmo procure a capacitação necessária. No entanto, o CFN, eticamente, não pode indicar as instituições de ensino onde o profissional deverá realizar tal capacitação.

Os nutricionistas poderão prescrever fitoterápicos a partir de abril de 2018, prazo estabelecido para que o profissional tenha sua especialidade reconhecida pelo Conselho. O curso *lato sensu* pode ser realizado em qualquer instituição que forme especialista em fitoterapia e tenha 70% da carga horária cumprida ou o título também poderá ser adquirido pela Asbran, mediante a prova ou por mérito.

A Cian encaminhou uma recomendação para a Comissão de Práticas Integrativas para inserir a fitoterapia na atuação clínica do nutricionista.

Durante o debate também foi sugerido pela Cian que o nutricionista inclua na prescrição a indicação do fitoterápico.

27 de setembro

Item 7 - Contexto dos agrotóxicos: Impactos na saúde, no ambiente e no trabalho. Existem alternativas? - Juliana Acosta

A política agrícola de modernização no campo adotada pelos governos brasileiros a partir da década de 1960, denominada "revolução verde", baseava-se na

monocultura e no uso intensivo de agrotóxicos, incentivada por meio de isenções fiscais cedidas às indústrias químicas formuladoras de agrotóxicos. Esse modelo de desenvolvimento vem gerando impactos sociais e ambientais de curto, médio e longo prazos, os quais são custeados por toda a população por meio de gastos públicos com recuperação de áreas contaminadas, prevenção, diagnóstico e tratamento de intoxicações agudas e crônicas, afastamentos e aposentadorias por invalidez de trabalhadores rurais e até mortes por utilização dessas substâncias, sem que haja a socialização desses custos de responsabilidade direta das indústrias químicas. Em 2014, a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) anunciou o aumento de 13% nas vendas de agrotóxicos no Brasil, com um faturamento líquido de US\$ 12,2 bilhões (R\$ 25 bilhões), contra US\$ 11,5 bilhões (R\$ 22 bilhões) em 2013, segundo dados aportados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg). Enquanto isso, o Brasil figura entre os maiores consumidores de agrotóxicos do mundo.

Entre 2007 e 2013, a relação de comercialização de agrotóxicos por área plantada aumentou em 1,59 vez, passando de 10,32 kg/ha para 16,44 kg/ha. Nesse período, o quantitativo de agrotóxicos comercializados no País passou de 643 milhões para 1,2 bilhão de quilos, e a área plantada total aumentou de 62,33 milhões para 74,52 milhões de hectares. Isso representa um aumento de 90,49% na comercialização de agrotóxicos e uma ampliação de 19,5% de área plantada.

A região do Brasil que apresenta a maior comercialização de agrotóxicos é a Sudeste, com destaque para o estado de São Paulo, seguida da região Centro-Oeste, com destaque para o estado do Mato Grosso. Com o aumento do uso de agrotóxicos no País, o risco de exposição da população a partir do trabalho e da contaminação do meio ambiente, da água e dos alimentos também vem aumentando. Devido a sua toxicidade intrínseca, os agrotóxicos produzem efeitos deletérios à saúde humana que variam de acordo com o princípio ativo, a dose absorvida, a forma de exposição e as características individuais da pessoa exposta.

Em 2013, a incidência de intoxicações exógenas por agrotóxicos no País foi de 6,23 casos por 100 mil habitantes. No período de 2007 a 2014, houve um aumento de 87% dos casos notificados, sendo que o total acumulado no período alcançou 68.873 casos. Entretanto, para garantir a identificação e a notificação dos casos, bem como as estratégias de prevenção e de assistência, é imprescindível a organização e o fortalecimento das ações de vigilância em saúde ambiental no âmbito dos estados e dos municípios. Para tanto, é importante produzir e difundir protocolos diagnósticos e terapêuticos, qualificar profissionais e aprimorar os mecanismos e fluxos de registro e a análise das informações. A exposição humana a agrotóxicos representa, portanto, um problema de saúde pública. Em face disso, a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA) busca efetivar ações integradas de prevenção, promoção, vigilância e assistência à saúde de populações expostas ou potencialmente expostas a esses produtos.

Item 8 - Rotulagem: Selos de transgênicos - Maria Antônia (Anvisa)

Há uma proposta de Projeto de Lei para excluir o símbolo atualmente empregado na rotulagem de alimentos transgênicos. As razões apresentadas para a eliminação do símbolo baseiam-se no fato de não existir referência internacional para sua adoção (Codex Alimentarius e Mercosul), e que sua apresentação gráfica (formato e cores) é semelhante ao utilizado em placas de advertência, de atenção ou de existência de risco. Dessa forma, a presença do símbolo nos alimentos transgênicos transmitiria a ideia de perigo, nocividade e alerta, afetando a imagem da qualidade desses produtos.

Quanto à ausência de referências internacionais, deve-se esclarecer que as normas de rotulagem harmonizadas no Mercosul (rotulagem geral e nutricional) não contemplam a rotulagem de alimentos transgênicos. No Codex Alimentarius, a rotulagem de transgênicos foi discutida por mais de 10 anos, encerrando-se sem consenso devido à grande diversidade nas abordagens internacionais existentes para a rotulagem desses produtos. A ausência de referências internacionais não impede a adoção de medidas cabíveis no âmbito doméstico e não justifica a desregulamentação do símbolo.

Além disso, não foi verificada a existência de pesquisas científicas que demonstrem a percepção dos consumidores sobre o referido símbolo nos rótulos de alimentos.

Vale destacar que a Portaria 2680/2003 que estabelece o símbolo é do Ministério da Justiça. No monitoramento dos produtos no mercado, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária avalia o cumprimento da exigência estabelecida nessa portaria.

Item 9 - 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde (CNVS) - Maria Eugênia Cury e Wagner Muniz

A 1ª CNVS tem como objetivo propor diretrizes para a formulação da Política Nacional e o fortalecimento dos programas e ações de vigilância em saúde.

O tema central da Conferência, que orientará as discussões nas distintas etapas da sua realização, será "Vigilância em saúde: Direito, conquistas e defesa de um SUS público de qualidade", a ser desenvolvido em um eixo principal e subeixos.

O eixo principal da 1ª CNVS será Política Nacional de Vigilância em Saúde e o fortalecimento do SUS como direito de proteção e prevenção da saúde do povo brasileiro.

Os subeixos da 1ª CNVS:

I - o papel da vigilância em saúde na integralidade do cuidado individual e coletivo em toda a rede de atenção à saúde;

II - acesso e integração das práticas e dos processos de trabalho das vigilâncias epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental e do trabalhador, e dos laboratórios de saúde pública;

III - acesso e integração dos saberes e tecnologias das vigilâncias: epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental, do trabalhador e dos laboratórios de saúde pública;

- IV - responsabilidades do Estado e dos governos com a vigilância em saúde;
- V - gestão de risco de estratégias para identificação, planejamento, intervenção, regulação, ações intersetoriais, comunicação e monitoramento de riscos, doenças e agravos à população;
- VI - monitoramento de vetores e de agentes causadores de doenças e agravos, inclusive as negligenciadas;
- VII - implementação de políticas intersetoriais para promoção da saúde e redução de doenças e agravos, inclusive as negligenciadas; e
- VIII - a participação social no fortalecimento da vigilância em saúde.

A Cian propôs a inclusão de um subeixo à programação da 1ª CNVS, que foi aprovada durante a 67ª Reunião da Cian pelo presidente do CNS, Ronald Ferreira.

Órgão

Ministério do Trabalho (MTb)

Representação

Comissão Tripartite Permanente Nacional (CTPN) da NR 32

Representante



Suplente

Luis Sérgio Soares Mamari

Assessor

Divisão de Saúde da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Extraordinária realizada nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2017

A Confederação Nacional de Saúde (CNS) realizou reunião de instalação do Grupo de Trabalho de Segurança e Saúde no Trabalho (GTSST), que visa debater as propostas para o segmento da saúde no Brasil. A reunião realizada por videoconferência foi coordenada pelo assessor de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) da CNS, Clovis Veloso de Queiroz Neto.

Na oportunidade, Luis Sérgio Soares Mamari, representante da CNC e coordenador da Comissão Tripartite Permanente Nacional (CTPN) da NR 32, fez um breve relato de todo o processo de criação da NR 32 - Segurança e Saúde nos Serviços de Saúde, destacando que "a criação desse grupo é fundamental para a CNS discutir normas e regulamentos, propondo alterações e novos procedimentos nos documentos legais na área de SST, a exemplo da CNC e da CNI, que já possuem seus Grupos de Trabalho especializados nesse tema. Isso será um diferencial muito importante, porque através dessas ações os segmentos de saúde terão a oportunidade de apresentar suas demandas na CTPN, da NR 32 e através dessa à Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP)" entidade nacional".

A reunião contou com a participação dos presidentes Marcelo Moncorvo Britto, da Federação Baiana de Saúde (Febase), e Armando Carvalho Amaral, da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (Feherj), a advogada Franciele dos Santos, da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina (Fehoesc), e Lucineia Nucci, também advogada, representante da Federação dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo (Fehoesp).

O coordenador Clovis Queiroz afirmou o intuito de que o GTSST seja permanente e composto por um representante de cada federação filiada ao sistema CNS. Destacou que o perfil do grupo é técnico e multidisciplinar, formado inicialmente por engenheiros, médicos e advogados especializados no

setor. A proposta é realizar quatro reuniões ordinárias por ano, as quais também contarão com a participação de convidados.

Os assuntos pautados na primeira reunião do GTSST foram: a criação e os objetivos da assessoria do GTSST da CNS; pontos de interesse do setor para a retomada das negociações tripartites da CTPN da NR 32, visando o seu encaminhamento prévio do Ministério do Trabalho (MTb); além de troca de ideias sobre os fóruns tripartites de SST do MTb e possíveis parcerias institucionais em 2018.

Foram apresentados dados acidentários do setor de saúde, e comentado, pelo coordenador Clovis, a respeito da intensificação das ações fiscais que tendem a aumentar em 2018. Douglas Tadeu Campos, membro da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Estado do Paraná (Fehospar), destacou que "já ocorreu uma minuciosa fiscalização no Paraná, e agora com esse GTSST podemos nos informar melhor sobre as ações fiscais em vários aspectos do ambiente hospitalar que virão em 2018".

Sobre a pauta das possíveis parcerias institucionais para o próximo ano, foram encaminhadas duas ações propostas à Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro): a primeira visa à participação da CNS no conselho curador da instituição; e a segunda propõe a realização de curso gratuito e com certificação sobre a NR 32, ministrado pelos técnicos da Fundacentro, abordando todas as questões de SST.

Na ocasião, o presidente da Febase, Marcelo Britto, prontamente elogiou a iniciativa e se mostrou solícito à proposta: "Muito boa ideia. Vou encaminhar a proposta para a diretoria, visando possibilitar o projeto."

Para finalizar, o assessor informou que a expectativa do GT é promissora, principalmente porque o setor é uma área que necessita de muita informação em matéria de SST. Caberá a esse GT mapear as necessidades dos segmentos empresariais de saúde e preparar as informações técnicas para seu auxílio, tendo ainda como objetivo ajudar a CNS na tomada de decisões e nos posicionamentos institucionais nos fóruns de negociação tripartites do MTb.

Ao final, o assessor de SST da CNS, Clovis Queiroz, informou que a próxima reunião da CTPN da NR 32, do MTb, está agendada para ocorrer nos próximos dias 16 e 17 de novembro, tendo sido acertado com aquele órgão ministerial a sua realização na sede da CNS, na cidade de Brasília.